

Verba para o Hospital do Paranoá

Paralisada desde 1992, a obra do HRP poderá ser concluída em um ano e meio. Ministro garante parte dos recursos

Samanta Sallum
Da equipe do **Correio**

Um esqueleto que há sete anos assombra a comunidade do Paranoá. Imagem do desperdício de dinheiro público, investido numa obra suspensa em 1992, por suspeitas de superfaturamento e irregularidades na licitação. Depois de muitas denúncias e investigações, a construção do Hospital Regional do Paranoá finalmente deve ser retomada. O sinal verde veio do Ministério da Saúde, que garantiu ontem a liberação, ainda este ano, de cerca de R\$ 8,5 milhões para o reinício das obras.

Uma nova licitação terá de ser realizada para a contratação da empresa que vai concluir o hospital. Apenas 15% do projeto original foram concluídos. O edital será lançado dentro de um mês e a previsão é retomar a construção entre outubro e novembro. "O hospital pode ser concluído em 18 meses", disse o secretário de Saúde, Jofran Frejat.

O Hospital Regional do Paranoá terá 242 leitos, o suficiente para atender 17 mil pessoas por ano. A área construída será de cerca de 22 mil 700 metros quadrados, divididos em cinco blocos. O HRP terá atendimento de ambulatorio e emergência e contará com Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), centro cirúrgico, maternidade e local para internação. O ambulatorio terá 24 consultórios que vão oferecer serviço de odontologia, eletrocardiograma, ecografia e de controle de doenças, oferecendo vacinas.

Hoje o Paranoá, que tem mais de 45 mil habitantes, conta apenas com um centro de Saúde, que atende a mais de 6 mil pessoas por mês. "Dizem que esse esqueleto aí é para ser um hospital. Seria bom se um dia ficasse pronto. Ninguém precisaria sair daqui para ir ao Hospital de Base", diz Simão Alves Jorge, 45, ex-vendedor que ficou paraplégico depois de sofrer há três anos um atropelamento.

"O atendimento lá está sobrecarregado. Os casos de emergências têm de ser levados para o Hospital da Asa Norte", reconhece Frejat. Segundo o secretário, o hospital vai poder beneficiar não apenas a comunidade do Paranoá, mas também a de São Sebastião, Varjão, Lago Sul, Lago Norte e área rural de Planaltina.

EMENDAS COLETIVAS

Os cerca de R\$ 8,5 milhões a serem liberados foram garantidos graças a uma emenda coletiva incluída no orçamento da União pela bancada de deputados e senadores do Distrito Federal no Congresso. Mas, para concluir a obra, são necessários R\$ 23 milhões. "O restante dos recursos vamos conseguir no próximo ano, com mais emendas coletivas", disse Frejat.

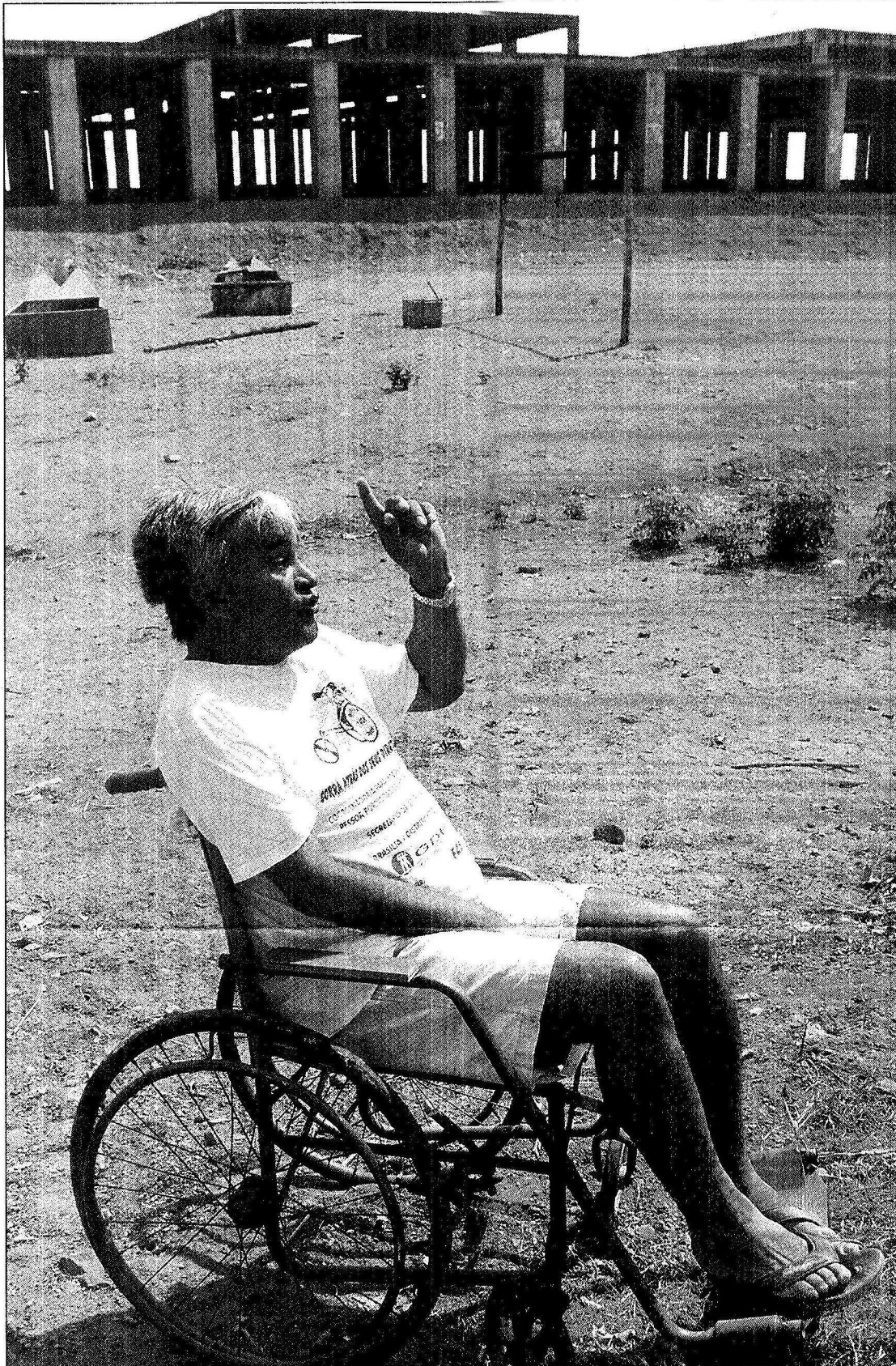
O convênio para a liberação de verbas foi assinado em solenidade, ontem, no Ministério da Saúde, pelo ministro José Serra, o governador Joaquim Roriz e o secretário de Saúde, Jofran Frejat. Também esteve presente o senador José Roberto Arruda (PSDB). "Foi a primeira liberação de recursos do Ministério da Saúde para a construção de um hospital este ano. É uma vitória", comemorou o senador, que chegou a ser citado no discurso do ministro.

"Gostaria de destacar que as verbas para esse hospital foram garantidas graças a emendas coletivas e o senador desempenhou papel fundamental nesse processo. Embora na época fosse candidato ao governo, não sabia quem iria ganhar", disse Serra.

Sentado ao lado direito do ministro, o governador Joaquim Roriz, ex-adversário de Arruda durante a campanha, limitou-se a fazer um rápido agradecimento ao trabalho da bancada do DF e ao apoio de Serra ao liberar os recursos. Serra respondeu ao agradecimento: "Meu partido é o da Saúde. Independente dos partidos dos governadores, o que me importa é a saúde da população", deu seu recado.

■ Colaborou: Rovênia Amorim

Wanderlei Pozzembom



Simão Alves Jorge torce pela conclusão. "Ninguém precisaria sair daqui para ir ao Hospital de Base", diz

MEMÓRIA

IMPEDIMENTOS LEGAIS ACABARAM

A construção do Hospital Regional do Paranoá começou em julho de 1991, com recursos federais. Em outubro de 1992, as obras foram suspensas por suspeita de superfaturamento e ilegalidade na licitação. As denúncias foram investigadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por procuradores do Ministério Público Federal e pela Secretaria de Saúde do

Distrito Federal.

O relatório, apresentado em 1997 pelo ministro do TCU Adhemar Paladini Ghisi, apontava superfaturamento de 45,26% nas obras. Mas ao ser analisado pelo plenário do tribunal, a denúncia acabou sendo julgada improcedente.

Já a sindicância instaurada pela Secretaria de Saúde concluiu em 1998 que a empresa vencedora da licitação, a construtora Mendes Carlos Ltda., tinha "mascarado" seu patrimônio líquido para que aparentasse saúde financeira e assim pudesse participar da licitação. Após descobrir a frau-

de, a secretaria conseguiu anular o contrato com a empresa.

Já o Ministério Público chegou a entrar com ação de improbidade administrativa contra Jofran Frejat, que era secretário de Saúde também na época das denúncias. Hoje, de volta ao cargo, ele dá o caso por encerrado. "O Tribunal de Contas já terminou com a polêmica".

O ministro da Saúde, José Serra, afirmou ontem que as pendências legais em relação à obra já estavam resolvidas e por isso não haveria mais impedimento para liberação dos recursos.